



A UNIFICAÇÃO DAS ELEIÇÕES NO BRASIL E OUTRAS LUTAS DA REFORMA POLITICA.

"A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. A Constituição pretende ser a voz, a letra, a vontade política da sociedade rumo à mudança. (...) Mudar para vencer! Muda, Brasil!" Ulisses Guimarães, discurso de promulgação da Constituinte, 1988.

A Constituição Brasileira nasceu há 27 anos e, neste tempo, fortaleceu a **democracia brasileira**. Avanços institucionais e conquistas de ordem econômica e política solidificaram a sociedade brasileira. As instituições e a sociedade civil amadureceram. Importantes conquistas foram implantadas na área da saúde, educação e direitos sociais, gerando caminhos de igualdade e justiça. A prosperidade promoveu a **esperança, a participação e a inclusão social**. No entanto, deste trinômio, emergem novas demandas de ordem econômica, social e política que precisam ser enfrentadas pela agenda política nacional, com urgência e determinação.

Os entes políticos federativos, as forças municipalistas, as lideranças políticas executivas e legislativas devem somar-se à vigorosa força da sociedade civil brasileira na formulação de propostas e soluções para os temas nacionais estratégicos latentes, dentre os quais encontram-se **a reforma política e a reforma tributária**, expressões maiores do Pacto Federativo que abarca temas de grande repercussão nacional frente aos quais as associações de municípios do planalto serrano, Amurc (Curitibanos), Amplanorte (Mafra), Amures (Lages), Ammoc (Joaçaba), Amplasc (Campos Novos), Amarp (Videira) e a Amurel (Laguna) representando 83 municípios catarinenses, tomam as seguintes posições de responsabilidade e contribuição sobre esta agenda democrática:

a) A Reforma Política é uma demanda a ser enfrentada em 2015 e deverá traduzir a vontade popular por mudanças profundas na cultura e modelo político vigentes. Essas mudanças devem produzir e representar o desejo popular e os mecanismos da democracia representativa e participativa. A democracia é fruto da vontade política, logo, da ampla participação da sociedade. A democracia emerge da ampla possibilidade de participação nos debates, condição que legitimará a vontade majoritária da sociedade.

b) A Reforma Política está convocada a enfrentar temas centrais: coincidência das eleições, unificação dos mandatos, duração dos mandatos, reeleição, voto facultativo, formas de financiamento de campanhas, proibição de financiamento empresarial, teto de uso de recursos financeiros, uso dos meios de comunicação, fidelidade, coligações eleitorais, paridade de gênero, eleições proporcionais em dois turnos, metodologia eleitoral (voto em lista, voto distrital ou

A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. Nós vamos contribuir nesta mudança.
Nós vamos construir o caminho das reformas que a sociedade almeja!



manutenção do atual modelo), plebiscito ou referendun na aprovação das novas teses. Todos estes temas, exprimem a pluralidade da sociedade brasileira, e, em certa medida, assinalam contradição de projetos políticos, razão pela qual exigirão grande acordo político em prol do Brasil.

c) As reformas pleiteadas devem ser debatidas pela sociedade, com participação das lideranças municipalistas, prefeitos, vereadores e sociedade em geral. Não deve haver pressa neste debate e todo personalismo deve ser afastado. Toda reforma estruturante exige debate mediado pela participação! Os signatários do presente documento posicionam-se, desde logo, pela ampla participação dos entes municipais nas discussões sobre as necessárias reformas estruturantes que precisamos enfrentar, como sociedade, nos próximos meses.

d) A unificação dos mandatos para 2018, na esfera municipal, estadual e federal deve ser implantada imediatamente. A extensão dos atuais mandatos de prefeitos e vereadores promoverá uma razoabilidade política há muito exigida no Brasil: economia significativa de recursos, estabilização de mandatos, segurança dos períodos administrativos e economia de esforços em períodos eleitorais. Extinguir eleições nacionais a cada dois anos é indispensável! O Brasil não pode mais parar a cada dois anos por conta de embates eleitorais que atrofiam a dinâmica econômica e o ritmo administrativo.

e) O debate nacional precisará posicionar-se sobre o tempo de duração dos mandatos e a possibilidade ou não de reeleição dos mandatos executivos. Caberá à sociedade organizada promover uma posição majoritária e razoável sobre este debate assegurando razoabilidade e segurança para a boa execução de mandatos públicos que assegurem períodos de gestão com tempo hábil para a boa planificação e execução de projetos em favor da sociedade, seja de 5 ou 6 anos sem mais reeleição.

f) A responsabilidade da democracia brasileira frente ao tema do financiamento das campanhas eleitorais deverá ser enfrentado como demanda ética. Os contornos ditados pela vontade popular - e que serão expressos na nova formatação legal em construção - dirão sobre a nossa capacidade de perceber as novas perspectivas da sociedade. É imperativo implantar novos limites e conceitos. Será exclusivo de nossa qualidade política promover a política como uma dimensão da ação de indivíduos soberanos e independentes de interferências na construção de nossa democracia. Que a reforma política promova a soberania e enalteça a democracia!

g) No que tange aos demais temas do Pacto Federativo, os signatários entendem que uma vez superados os desafios exigidos pela reforma político-partidária, em continuidade será chegado o momento de um grande debate nacional para a realização da Reforma Tributária. A continuada crise financeira nos municípios brasileiros em face das gritantes deficiências geradas pelo sistema de distribuição de receitas fixado no atual pacto federativo que afeta cerca de 5 mil municípios brasileiros e a grande maioria dos municípios catarinenses; o fato de que os municípios brasileiros vivem uma situação orçamentária caracterizada pelo continuado e crescente estrangulamento financeiro; o crescente aumento de atribuições e responsabilidades dos municípios; a crescente perda de recursos financeiros, as conseqüências das desonerações tributárias e as deficiências na legislação federal e estadual que imputam desequilíbrio na distribuição de receitas e recursos

A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. Nós vamos contribuir nesta mudança.
Nós vamos construir o caminho das reformas que a sociedade almeja!



públicos; propõe-se a implantação de luta continuada do municipalismo catarinense em todos os níveis políticos, visando assegurar avanços na discussão da Reforma Tributária Nacional e Estadual visando novo equilíbrio entre entes e municípios, visando a justiça tributária. Esta tarefa é estratégica, inclusive, à atuação da Federação Catarinense dos Municípios, FECAM.

Democracia, em sua essência, é a participação soberana da sociedade na construção do poder e do rumo da nação. Esta participação se mede pela qualidade da vontade popular que dita os rumos do país e escreve os valores republicanos que queremos para nosso país. Cabe ao municipalismo catarinense participar ativamente desse tempo importante de construção!

A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. Nós vamos contribuir nesta mudança. Nós vamos construir o caminho das reformas que a sociedade brasileira almeja!

Curitibanos, SC, 10 de Março de 2015.

José Antonio Guidi - Presidente da AMURC
Associação dos Municípios da Região do Contestado

Prefeito Gilberto Damaso da Silveira - Presidente da AMPLANORTE
Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense

Prefeito Vânio Fortster - Presidente da AMURES
Associação dos Municípios da Região Serrana

Prefeito Moises Diersmann - Presidente da AMMOC
Associação dos Municípios da Região do Meio Oeste Catarinense

Prefeito Lucimar Antonio Salmória - Presidente da AMPLASC
Associação dos Municípios da Região do Planalto Sul de Santa Catarina

Prefeito Jaison Cardoso de Souza - Presidente da AMUREL
Associação dos Municípios da Região de Laguna

Prefeito Wilmar Careli - Presidente da Amarp
Associação dos Municípios da Região do Alto Vale do Rio do Peixe

A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. Nós vamos contribuir nesta mudança.
Nós vamos construir o caminho das reformas que a sociedade almeja!



RELAÇÃO DE 83 PREFEITOS SIGNATÁRIOS

José Antonio Guidi - Prefeito de Curitiba
Sisi Blind - Prefeita de São Cristóvão do Sul
Domingos Scariot Junior - Prefeito de Santa Cecília
Osny Batista Alberton - Prefeito de Frei Rogério
Silvio Granemann Calomeno - Prefeito de Ponte Alta do Norte
Lucimar Antonio Salmória - Prefeito de Abdon Battista
Nelson Cruz - Prefeito de Campos Novos
Ademil da Rosa - Prefeito de Brunópolis
Marcos Siqueira - Prefeito de Monte Carlo
Inês Schons - Prefeita de Celso Ramos
Nelson Gasparin Jr - Prefeito de Vargem
Paulo José Franceski - Prefeito de Zorzea
Novelli Sganzerla - Prefeito de Água Doce
Andevir Isganzella - Prefeito de Capinzal
Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita de Catanduvas
Walter Kucher Junior - Prefeito de Erval Velho
Nelson Guindani - Prefeito de Herval D'Oeste
Ari Ferrari - Prefeito de Ibicaré
Rafael Laske - Prefeito de Joaçaba
Hilário Chiamolera - Prefeito de Lacerdópolis
Moises Diersmann - Prefeito de Luzerna
Vitor João Faccin - Prefeito de Ouro
Euclides Cruz - Prefeito de Tangará
Mauro Dresch - Prefeito de Treze Tílias
Melania Ap^a Roman Meneghini - Prefeita de Vargem Bonita
Gilberto Damaso da Silveira - Prefeito de Bela Vista do Toldo
Luiz Alberto Rincoski Faria - Prefeito de Canoinhas
Juliano Pozzi Pereira - Prefeito de Irineópolis
Roberto Agenor Scholze - Prefeito de Mafra
Aldomir Roskamp - Prefeito de Monte Castelo
Dario Schicovski - Prefeito de Papanduva
Anízio de Souza - Prefeito de Porto União
Eloi José Quege - Prefeito de Três Barras
Ivonir Fernandes da Silva - Prefeito de Anita Garibaldi
Luiz Carlos Schmuler - Prefeito de Bocaina do Sul
Edelvanio Nunes Topanoti - Prefeito de Bom Jardim da Serra
Albino Gonçalves Padilha - Prefeito de Bom Retiro
Edilson José de Souza - Prefeito de Campo Belo do Sul
Luiz Carlos Alves de Freitas - Prefeito de Capão Alto
Sirlei Kley Varela - Prefeito de Cerro Negro
Vânio Forster - Prefeito de Correia Pinto
Antonio Arcanjo Duarte - Prefeito de Lages
Luiz Carlos Xavier - Prefeito de Otacílio Costa
Flavio Antonio Neto - Prefeito de Painel
José Valdori Hemkemaier - Prefeito de Palmeira
Carlos Luiz Moraes - Prefeito de Ponte Alta
Ademar de Bona Sartor - Rio Rufino
Humberto Luiz Brighenti - Prefeito de São Joaquim
Arno Tadeu Marian - Prefeito de São José do Cerrito
Fidelis Schappo - Prefeito de Urubici
Amarildo Luiz Gaio - Prefeito de Urupema

A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. Nós vamos contribuir nesta mudança.
Nós vamos construir o caminho das reformas que a sociedade almeja!



Wilmar Careli - Prefeito de Videira
Aldecir Felchilcher - Prefeito de Arroio Trinta
Ivone de Mazutti de Geroni - Prefeita de Calmon
Clóvis José Busatto - Prefeito de Ibiam
Ludovino Labas - Prefeito de Lebon Régis
Raul Ribas Neto - Prefeito de Matos Costa
Claudemir Cesca - Prefeito de Salto Veloso
Euzébio Calisto Viecelli - Prefeito de Pinheiro Preto
Gilberto Amaro Comazzetto - Prefeito de Caçador
Ivo Biazzolo - Prefeito de Fraiburgo
Luciano Paganini - Prefeito de Iomerê
Emerson Zanella - Prefeito de Macieira
Alcir José Bodanese - Prefeito de Rio da Antas
Almir Fernandes - Prefeito de Timbó Grande
Jaime Wensing - Prefeito de Armazém
Ademir da Silva Matos - Prefeito de Braço do Norte
Moacir Rabelo da Silva - Prefeito de Capivari de Baixo
Amilton Ascari - Prefeito de Grão Pará
Jorge Leonardo Nesi - Prefeito de Gravatal
Manoel Viana de Sousa - Prefeito de Imaruí
Jaison Cardoso de Souza - Prefeito de Imbituba
Luiz Arnaldo Napoli - Prefeito de Jaguaruna
Everaldo dos Santos - Prefeito de Laguna
Antonio Felipe Sobrinho - Prefeito de Pedras Grandes
Antonio Avelino Honorato Filho - Prefeito de Pescaria Brava
Lourivaldo Schuelter - Prefeito de Rio Fortuna
Castilho Sivano Vieira - Prefeito de Sangão
Dilcei Heidemann - Prefeita de Santa Rosa de Lima
Volnei Weber - Prefeito de São Ludgero
José Schotten - Prefeito de São Martinho
Clésio Bardini de Biasi - Prefeito de Treze de Maio
João Olávio Falchetti - Prefeito de Tubarão

A Nação deve mudar. A Nação vai mudar. Nós vamos contribuir nesta mudança.
Nós vamos construir o caminho das reformas que a sociedade almeja!